



# HISTÓRIA E CIDADANIA

XIX Simpósio Nacional  
de História-ANPUH

Organizadores  
Ismênia de Lima Martins  
Rodrigo Patto Sá Motta  
Zilda Gricoli Iokoi

# HISTÓRIA E CIDADANIA

**XIX Simpósio Nacional da ANPUH**  
Belo Horizonte - MG - julho de 1997

**vol. II**

**ANPUH**  
*Humanitas*  
PUBLICAÇÕES  
#FLCH/USP

1998

# A percepção dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Lucia Maria Paschoal Guimarães  
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

A noção de cidadania, tal como hoje se concebe, implica uma espécie de contrato. A condição de membro ativo de um Estado constitui-se numa via de mão dupla, que supõe, por um lado, a garantia do gozo de direitos civis e políticos e, por outro, o desempenho de deveres para com esse mesmo Estado. Ao longo do século XIX, no entanto, nos meios jurídicos, políticos e letrados do Império brasileiro, a palavra cidadania era utilizada para definir o que mais tarde veio a se denominar de nacionalidade<sup>1</sup>, tal como se observam as disposições da Carta Outorgada de 1824<sup>2</sup>. Portanto, na ótica dos intelectuais oitocentistas, pensar a cidadania significava o mesmo que pensar a nacionalidade, o que subentendia refletir sobre a existência “de um passado comum”, bem como contribuir para formação de um “patrimônio coletivo”<sup>3</sup>. Partindo desses pressupostos, pretendo examinar a atuação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no processo de construção da Memória Nacional.

Fundado em 21 de outubro de 1838, sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, por um grupo significativo de políticos e intelectuais da Corte do Rio de Janeiro, o Instituto Histórico destinava-se a “coligir, metodizar, arquivar e publicar” os documentos necessários para a escrita da história do

Brasil”<sup>4</sup>. Seus fundadores justificavam a nova instituição, alegando o seu caráter pedagógico – “deveria ministrar grandes auxílios à administração pública e ao esclarecimento de todos os brasileiros”<sup>5</sup>. A idéia de estabelecer a ilustrada associação representava um empreendimento de vanguarda, a exemplo do que já vinha ocorrendo em diversas localidades da Europa, num movimento identificado por Jacques Le Goff como “destinado a fornecer à memória coletiva das nações os monumentos de lembrança”<sup>6</sup>.

O trabalho desenvolvido nos primeiros anos de existência do Instituto não ficou restrito ao que Leibiniz concebeu como a organização da “memória de papel”<sup>7</sup>. Nem se limitou às atividades de um “atelier de trabalhos científicos”, segundo a expressão de Renan, em que pesem a erudição e o cuidado que se dispensou à pesquisa documental<sup>8</sup>. Construiu-se a Memória Nacional, tal como esta operação foi definida, recentemente, por Pierre Nora: “a constituição gigantesca e vertiginosa de estoque de material, de tudo que nos é impossível lembrar; o repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de recordar”<sup>9</sup>.

A idéia de formar esse “gigantesco e vertiginoso estoque material”, de que nos fala Nora, encontra-se num ensaio, denominado “Lembranças do que devem procurar os sócios (...) para remeterem à sociedade central”, escrito por Januário da Cunha Barbosa e publicado no lançamento da *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, daqui por diante denominada apenas de *Revista*. Dentre as fontes a serem pesquisadas, Januário dava destaque especial às seguintes “lembranças”: biografias de brasileiros ilustres; cópias autênticas de documentos e extratos de notas pesquisadas em secretarias, arquivos, cartórios civis e eclesiásticos; notícias de costumes indígenas, lendas, sua catequese e civilização; descrições do comércio interno e externo das Províncias, principais produtos, rios, montanhas, campos, portos, navegação e estradas; fundação, prosperidade e ou decadência de vilas, arraiais e suas populações<sup>10</sup>.

Quanto à “necessidade de recordar”, ela foi orientada pelas condições originais em que os integrantes do IHGB dialogaram com as circunstâncias históricas. Sobretudo o grupo dos políticos. A questão deslocava-se, portanto, do plano do discurso acadêmico, para se situar no da ação política. Deste patamar foram tomadas as decisões sobre a conveniência de tornar públicos certos documentos. Instituir a *arca do sigilo*, uma espécie de cofre-forte, idealizado por Francisco Freire Alemão, destinado a entesourar “(...) notícias históricas que alguém queira enviar, lacradas em cartas (...) que só serão abertas no tempo em que seu autor determinar”<sup>11</sup>. Ou, então, de censurar obras que apresentassem versões de episódios históricos incompatíveis com o projeto político em curso e arquivar testemunhos cuja veiculação pudesse prejudicar a imagem de determinados sócios. Veja-se, por exemplo, o caso do Parecer da Comissão de História, a respeito de manuscrito raro, de autoria de Caetano Pinto de Miranda Montenegro, sobre a Revolução de 1817, cuja divulgação foi desaconselhada, a pretexto de envolver personalidades do regime, em plena militância política:

(...)conquanto um tal documento seja na verdade de muito apreço, *não convém publicá-lo já ,pelo comprometimento que sua publicação poderia levar a pessoas ainda existentes; (...) que seja guardado nos Arquivos do Instituto, até que todos os nomes nesse mencionado documento tenham comparecido perante o tribunal da posteridade (o grifo é nosso)*<sup>12</sup>.

A presença de homens públicos nos quadros sociais do IHGB não foi meramente decorativa. Dentre os seus vinte e sete membros fundadores, catorze eram políticos de nomeada. Alguns principiaram a carreira no período reinol, a exemplo do Visconde de São Leopoldo e dos Marechais Raimundo da Cunha Mattos e Francisco Cordeiro da Silva Torres Alvim, que já vinham prestando serviços à Casa de Bragança desde o tempo de D. João VI. A esses nomes acrescentavam-se duas figuras emblemáticas do movimento da independência, o cônego Januário da Cunha Barbosa e José

Clemente Pereira, afora um conjunto significativo de parlamentares que se iniciaram na vida pública durante a Assembléia Constituinte de 1823: Caetano Maria Lopes Gama, Cândido José de Araújo Vianna, José Antonio da Silva Maia e Francisco Gê de Acaiaba e Montezuma, além do financista José Antonio Lisboa, Ministro da Fazenda, no 11º Gabinete do Primeiro Reinado. Havia, ainda, um outro grupo de personalidades, que ascendera ao aparato de governo após a Abdicação, onde se destacavam Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, Bento da Silva Lisboa (filho do Visconde de Cairu) Joaquim Francisco Vianna e Rodrigo de Sousa da Silva Pontes.

Esses vultos orientaram a consecução de todas as atividades da agremiação. A começar pela opção deliberada pela memória, em detrimento da história. O que significou dotar o país, carente de unidade e recém-saído da condição de colônia, de um passado comum. Tal opção, intimamente articulada à necessidade de oferecer sustentação a um projeto político bem definido, desenvolveu-se com sucesso, graças a uma militância intelectual homogênea, marcada pela fidelidade ao imperador<sup>13</sup>. Encobertos pelo escudo do discurso acerca da pretensa imparcialidade do historiador, os fundadores do Instituto Histórico e seus sucessores teceram a Memória Nacional tendo como fio condutor a idéia de continuidade<sup>14</sup>. Na sua concepção, o Estado monárquico, instaurado em 1822, apresentava-se como o legítimo herdeiro e sucessor do império ultramarino português<sup>15</sup>. Legado abrangente, que abarcava desde o idioma de Camões até o regime em vigor, passando pelo próprio monarca, um representante direto das tradições da Casa de Bragança. Concomitantemente ao processo de construção dessa memória, tratou-se de projetá-la no amanhã. Os políticos, *doublés* de intelectuais, valendo-se do registro dos “sucessos” do Segundo Reinado, idealizaram o futuro à custa da manipulação do presente, como demonstrarei a seguir.

Durante a cerimônia de inauguração das novas instalações do grêmio, no terceiro andar do Paço Imperial, em 15 de dezembro

de 1849, D. Pedro II parecia muito apreensivo com o futuro. Melhor dizendo, com a memória do seu governo. Circunspeto e breve nas suas falas em público, nesse dia o soberano deixaria de lado a frieza das convenções protocolares. No seu discurso de anfitrião, ele não economizou palavras. Abandonou até mesmo o ar casual com que costumava quebrar os momentos solenes, traço da sua personalidade que foi tão bem explorado, recentemente, pelo romancista Rubem Fonseca<sup>16</sup>.

Naquela festividade, o imperador dispensou maiores rodeios e dirigiu uma longa e inexpressiva recomendação aos integrantes do seletor círculo letrado:

(...) Sem dúvida, Srs., que a vossa publicação trimensal tem prestado valiosos serviços (...) mas para que esse alvo se atinja perfeitamente, é de mister que não só reunais os trabalhos das gerações passadas, ao que vos tendes dedicado quase que unicamente, como também pelos nossos próprios, torneis aquela a que pertença digna, realmente dos elogios da posteridade<sup>17</sup>.

A advertência era desnecessária. Desde a sua primeira hora, o Instituto vinha cuidando, com zelo, das futuras “lembranças” do Segundo Reinado, tecendo-as *pari passu* com o processo de consolidação do Império. Talvez não se estivesse dispensando a esses testemunhos um tratamento sistemático e formal, como Sua Majestade evidenciava desejar. O certo, porém, é que tais registros há muito que já existiam. Em algumas ocasiões, de maneira bem clara e ostensiva. Noutras, mais numerosas, pulverizavam-se, subjacentes aos discursos solenes, deputações e representações, relatórios anuais, biografias e necrológios de sócios.

Logo após o Golpe da Maioridade, um dos fundadores do Instituto demonstraria suas preocupações para com o devir. O deputado José Clemente Pereira, integrante da geração da independência e participante ativo da trama palaciana-parlamentar de 1840, sugeriu que o grêmio desse uma atenção especial aos “fatos memoráveis” do Segundo Reinado, organizando um livro denominado *Crônica do Senhor D. Pedro II*<sup>18</sup>. Já no “Relatório”

das atividades do exercício de 1841, Januário da Cunha Barbosa dava notícias de um importante projeto, que andava mobilizando os letrados: o registro das chamadas *Efemérides*<sup>19</sup>. Acontecimentos do presente, previamente selecionados, que na percepção sagaz do cônego não poderiam apagar-se “da lembrança no correr dos tempos”. Ou seja, aqueles testemunhos, onde os “escritores da história do Brasil encontrariam suficiente matéria sobre a qual possam trabalhar”<sup>20</sup>.

As *Efemérides* ganharam grande notoriedade, passando para a responsabilidade do doutor. Diogo Soares da Silva de Bivar, que integrava a Mesa Diretora do Instituto Histórico, na qualidade de orador oficial. O “Império da Santa Cruz”, seguindo o legado da mãe pátria, parecia ter encontrado o seu Fernão Lopes<sup>21</sup>.

As anotações do nosso cronista oficial, no começo, apresentavam-se muito heterogêneas. Abarcavam desde ocorrências do cotidiano carioca, como fugas de escravos, até notas sobre a movimentação do corpo diplomático estrangeiro, além dos informes obrigatórios acerca dos negócios públicos<sup>22</sup>. Pouco a pouco, porém, o critério de seleção dos fatos começou a se alterar, vindo a prevalecer os episódios de caráter político, mormente os que se referiam aos “sucessos do governo”. Bivar, à testa dos trabalhos, esforçava-se para levar avante a herança quatrocentista que lhe fôra confiada. Tanto assim, que passou a denominar os seus manuscritos de *Crônica*. Na *Crônica* de 1842 as prosaicas narrativas sobre o dia-a-dia da Corte já haviam cedido lugar aos relatos da trajetória das tropas imperiais, empenhadas no combate aos insurretos das províncias de São Paulo e Minas Gerais, que se rebelaram em meados daquele ano, postulando por maior autonomia administrativa e política<sup>23</sup>.

Numa caligrafia impecável, o documento está disponível para consulta no Arquivo do IHGB, o Fernão Lopes do lado de cá do Atlântico procurava honrar a tradição, consignando para as gerações vindouras não apenas à bem sucedida campanha do Barão de Caxias, futuramente elevado à condição de patrono do Exército

Brasileiro. Assinalava, sobretudo, a vitória do governo central, frente a um movimento que contestava o excesso de poder do Gabinete do Rio de Janeiro, em detrimento das chamadas “franquias provinciais”<sup>24</sup>. Da obra de Diogo de Bivar restaram os cadernos manuscritos. Fontes que, certamente, devem ter sido consultadas por muitos estudiosos. Tal como as narrativas de um outro “cronista” da consolidação do Estado monárquico, o doutor Domingos José Gonçalves de Magalhães.

Médico, poeta de prestígio e mais tarde diplomata, Gonçalves de Magalhães pertencia ao quadro efetivo do Instituto Histórico. Acompanhou o futuro Duque de Caxias, na qualidade de Secretário do Governo, em duas missões. A primeira, quando Luis Alves de Lima e Silva foi nomeado presidente da província do Maranhão, com a finalidade de sufocar a insurreição denominada de Balaiada. A segunda, quando aquele oficial ocupou cargo semelhante no Rio Grande do Sul, encarregado de pôr fim à chamada Guerra dos Farrapos. Em ambas as ocasiões essa parceria inusitada se mostraria bastante fecunda. Por um lado, Caxias, desembainhando a espada e usando da anistia, submetia os rebeldes e abria caminho para a política centralizadora do Segundo Reinado. Por outro, Magalhães, armado da pena, registrava-lhe os “sucessos políticos e militares”, em relatórios circunstanciados, que eram dirigidos ao Rio de Janeiro. Tecendo, enfim, as lembranças daquelas campanhas.

O Instituto conferiu-lhe uma medalha de ouro, em 1847, em razão da monografia *Memória histórica e documentada da revolução da província do Maranhão entre 1838 e 1840*, julgada como o melhor trabalho histórico, apresentado naquele exercício<sup>25</sup>. O beletrista, considerado um dos próceres do romantismo no Brasil, que mais tarde seria aquinhado com o título de Visconde do Araguaia, foi considerado um testemunho irrepreensível, modelo de imparcialidade, digno de figurar na *Revista*, conforme se lê no parecer da Comissão de História, que julgou o mérito de sua obra<sup>26</sup>.

Na verdade, revendo-se a relação dos cabeças da Balaiada, compreende-se a benevolência dos censores do IHGB, via de regra tão rigorosos, quando se tratava de avaliar a divulgação mérito de manuscritos que tratassem de acontecimentos recentes da vida do Império. Os chefes da insurreição maranhense eram um vaqueiro cafuzo – Raimundo Gomes, um fazedor de balaios, apelidado de “o Balaio” e um negro que liderava escravos fugidos – Dom Cosme. Considerando a origem desses personagens, o poeta de *Suspiros poéticos e saudades* dificilmente iria transgredir as rígidas leis do dito “tribunal posteridade”. Diferente do que poderia acontecer, caso se viesse a divulgar o relato sobre as operações militares na região da província do Rio Grande de São Pedro do Sul, onde a “República de Piratini” envolvera estancieiros e charqueadores, com complicações internacionais. “Briga de brancos”, no entender do historiador José Murilo de Carvalho<sup>27</sup>. Por motivos óbvios, as narrativas da última fase da Farroupilha não seriam impressas na *Revista*. Descobrimos, entretanto, que essas fontes existiram. E mais. Tal como idealizara Januário da Cunha Barbosa, no citado documento de 1841, foram servir de referência a um outro integrante da Casa da Memória Nacional: o associado Tristão de Alencar Araripe, que escreveu um longo trabalho, editado no periódico do IHGB, entre 1880 e 1883, intitulado *Guerra civil do Rio Grande do Sul*, baseando-se nos registros de Gonçalves de Magalhães<sup>28</sup>.

A conflagração nos pampas, entretanto, não deixou de ser notícia no grêmio. Vez por outra, identificamos extensas referências às ações do governo, no sentido de debelar os rebeldes gaúchos. Ao apresentar o “Relatório” do ano de 1844, lido na sessão magna de aniversário, o segundo secretário Manoel Ferreira Lagos, em meio ao inventário das atividades do exercício, abriu uma brecha e começou a discorrer sobre o panorama político do país, detendo-se no exame do conflito, que já se estendia por quase uma década. Parabenizando D. Pedro II, pelas vitórias obtidas nos últimos meses, no combate aos “farrapos”, previa a sua breve

capitulação, “(...) graças à gloriosa e sábia administração dos Ministros de S. M. Imperial”<sup>29</sup>. O insinuante cumprimento de Lagos ao Imperador atingia, também, a uma outra personalidade presente àquela cerimônia, o seu confrade, brigadeiro Jerônimo Francisco Coelho, então titular da pasta da Guerra. Anos mais tarde, no necrológio do brigadeiro Coelho, publicado na *Revista*, sua atuação nos momentos finais da Farroupilha seria devidamente salientada, como um dos fatos mais significativos da sua trajetória de militar<sup>30</sup>.

Nenhum acontecimento, porém, podemos assegurar, deu margem à uma interpretação política tão tendenciosa, quanto a morte prematura do príncipe D. Afonso, herdeiro da Coroa e Presidente Honorário do IHGB, desaparecido em 1847. Nem a Guerra do Paraguai, nem a abolição da escravatura. Episódios que, no correr do Segundo Reinado, também mobilizariam as atenções e a retórica dos nossos letrados. Aliás, pouco se conhece a respeito dessa criança. Sua memória acabaria se perdendo no esquecimento, apesar do empenho do Instituto, sempre atento às lembranças que envolvessem os membros da Família Real.

D. Afonso veio ao mundo em 24 de fevereiro de 1845. Logo no dia seguinte, o grêmio se apressaria em enviar uma deputação ao Imperador, liderada pelo Brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira. No seu voto de congratulações, Machado de Oliveira não perdeu a oportunidade para dar um sentido político-providencialista ao nascimento do primeiro filho de D. Pedro II:

(...) o seguro penhor do mais próspero futuro da nossa pátria  
(...) expressão da Bondade Divina, e com que o Céu premiou as  
altas virtudes de V.M.I., o seu amor para com os Brasileiros, e a  
dedicação que V.M.I. consagra ao bem estar do seu país natal, e  
aos gozos dos seus leais súditos<sup>31</sup>.

Cerca de dois anos depois, a mesma conotação se repetiria, com palavras muito mais fortes, na *Oblação (...) à memória do Sr. D. Afonso, Augusto Primogênito de Suas Majestades Imperiais*. Dentre as diversas homenagens fúnebres, destacamos dois

discursos. O de Cândido José de Araújo Vianna e o de Manoel de Araújo Porto-Alegre, peças de oratória eminentemente políticas, onde o elogio ao falecido herdeiro do trono serviu de pretexto, para que os autores pudessem externar suas preocupações, em relação à precária unidade do Império e à falta de estabilidade do regime. Araújo Vianna, mais tarde Marquês de Sapucaí, dono de uma larga folha de serviços prestados à monarquia e presidente do IHGB, identificou a morte do Infante como uma “(...) punição do céu à nossa desunião, às nossas dissensões internas, denunciando a ingratidão com que insensatos recebemos os benefícios da Providência(...)”<sup>32</sup>.

Porto-Alegre, por sua vez, embora não fosse político profissional, tomou o mesmo atalho. Comparou o passamento do herdeiro presuntivo da Coroa a um “(...) grande sacrifício, para que os brasileiros soubessem apreciar a sua ventura na América (...)”. No seu entender, a imolação de um inocente deveria servir de lição para que os seus compatriotas “(...) se abraçassem, se unissem e recuassem do abismo medonho”<sup>33</sup>. Como se vê, os acadêmicos faziam uma alusão clara aos regionalismos que estariam afetando a integridade da única monarquia do continente.

Consolidado à custa da repressão de dezessete rebeliões, sem falar nos inúmeros motins e levantes, o Estado Monárquico alcançou a estabilidade política por volta de 1850, centrado numa aliança em que, de um lado, estavam o soberano e a alta magistratura, na qual se incluíam os membros do IHGB e, de outro, “o grande comércio e a grande propriedade”, em especial a cafeicultura fluminense<sup>34</sup>. Revendo-se os registros do grêmio, acerca daquele processo, observa-se o fenômeno que James Fentress & Chris Wickham conceituam de “memórias partilhadas”. Ou seja, a produção de narrativas escritas que tomam forma dentro de um quadro de significado, conferido pelo grupo onde são produzidas<sup>35</sup>. Neste sentido, percebe-se a exclusão deliberada daqueles conflitos que, quando consignados, seriam atribuídos à mocidade do país, aos arroubos da juventude. Atravessados os anos de re-

beldia, o Estado brasileiro teria chegado à idade adulta numa condição privilegiada. A paz fôra garantida e a unidade das províncias preservada. Legitimara-se o presente. A “turbulência política” das repúblicas vizinhas, sucessoras das antigas colônias espanholas passaram ao largo do “Império do Cruzeiro do Sul”.

Intervindo na construção da memória nacional, colocando-se a serviço de um projeto político bem definido, os integrantes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ocuparam-se, também, em forjar a imagem pública de D. Pedro II. Nessa modelagem, as representações se sucederam, em consonância com as diferentes fases do seu longo reinado.

A esse respeito, numa obra recente, *A fabricação do rei*, o historiador Peter Burke demonstrou que Luís XIV de França teve o seu perfil esboçado qual “príncipe perfeito, associado ao retorno da idade de ouro”<sup>36</sup>. Guardadas as devidas proporções, os mesmos traços – “perfeição” e “idade de ouro” – seriam utilizados pelo Instituto, na composição da imagem de D. Pedro II.

Passado e presente se conjugavam na figura monarca. Por um lado, lembrava-se a sua origem, descendente das mais tradicionais linhagens europeias. Por outro, realçava-se, imediatamente, sua condição de natural da Terra de Santa Cruz<sup>37</sup>. O que significava, ainda, destacar uma outra peculiaridade, comum ao país e ao seu governante: *a juventude*. Contrastando com a nostalgia do Velho Mundo, ao invés de simbolizar uma volta a um passado ideal, o “Príncipe Perfeito”, nascido ao sul do Equador, representava a perspectiva de um futuro brilhante, “(...) predestinado pela divina providência para lançar os seguros fundamentos da imensa grandeza do Império do Brasil”<sup>38</sup>.

Fadado ao êxito político, o soberano, todavia, não empunhara a espada ou o sabre, para consolidar a sua Coroa. Faria da tolerância e do culto ao intelecto suas principais virtudes. Adolescente, ainda, Januário da Cunha Barbosa delinear-lhe as marcas que haveriam de acompanhá-lo por toda a vida: “(...) Príncipe à mais remota posteridade, acompanhado dos gloriosos epítetos de

Protetor das Letras, Ciências e Artes, Amigo e Pai de seus patrícios e súditos”<sup>39</sup>.

Se o Instituto Histórico não mediu esforços no desenho cuidadoso do perfil do monarca, é forçoso reconhecer que contou com um cúmplice de primeira grandeza nesta empreitada: o próprio Imperador. Prestigiava às sessões magnas anuais desde menino, as quais fazia questão de comparecer, acompanhado do tutor e de suas irmãs. Transformado em patrono daquele reduto intelectual, aos doze anos de idade assumiu esse mecenato em tempo integral, a partir de 1849, ao trazer o grêmio para mais perto ainda de si, acolhendo-o no interior do Paço Imperial.

Aliás, o comparecimento rotineiro de Sua Majestade ao Instituto, nem de longe se comparava a uma visita protocolar, qual a realeza oitocentista européia costumava fazer aos núcleos acadêmicos que desfrutavam da sua proteção<sup>40</sup>. Tão pouco se tratava de uma presença apenas decorativa nos serões acadêmicos. Preocupava-se até mesmo com o *quorum*. Mandava bilhetes aos sócios que privavam da sua intimidade, a exemplo do Visconde de Bom Retiro, lembrando-os dos dias de reunião<sup>41</sup>. Instituiu prêmios anuais de incentivo à produção intelectual. Nas sessões ordinárias, atribuía aos membros presentes temas para dissertação, os chamados “programas históricos”<sup>42</sup>. Interessava-se, de um modo geral, por todos os assuntos ali tratados, ora participando dos debates, ora trazendo livros recém publicados, para servirem de objeto de discussão. Ofertava, com frequência, manuscritos raros e obras valiosas, como foi o caso da chamada Biblioteca Americana, que pertencera ao naturalista alemão Von Martius. E, além das doações financeiras e do patrocínio às pesquisas, chegou mesmo a escrever uma pequena contribuição para a *Revista*, a *Notícia necrológica do Dr. Antonio Moraes e Silva*, publicada em 1860<sup>43</sup>. Sem querer minimizar as virtudes intelectuais de D. Pedro II, nem o seu apreço pela cultura, podemos afirmar que foi da parceria harmoniosa, estabelecida entre o Instituto e o seu protetor que nasceu a representação do “rei filósofo”, avesso aos prazeres mundanos e amante

das letras. “(...) Príncipe que num dia visitava todos os desgraçados acometidos da peste, no outro vinha sentar-se nos bancos do Instituto e nivelar-se como cidadão (...)”<sup>44</sup>. Homem simplório, cujo ideal, dizia-se, era ser “mestre-escola”. A figura emblemática que, aos olhos de Machado de Assis, conseguiu transformar “o trono numa confortável poltrona”. Se Machado tivesse freqüentado a intimidade do Instituto Histórico, teria percebido, por certo, não apenas como a dita “poltrona” foi habilmente forjada, mas também com que zelo esculpiu-se o perfil do seu augusto ocupante.

## NOTAS

- <sup>1</sup> VALLADÃO, Haroldo, “Nacionalidade”. In SILVA, Benedito (coord.). *Dicionário de ciências sociais*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1987, p. 801.
- <sup>2</sup> Cf. LEAL, Hamilton, *História das instituições políticas do Brasil*. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1962, p. 197.
- <sup>3</sup> RENAN, Ernest. “Qu'est-ce qu'une nation?”. In \_\_\_\_\_. *Oeuvres complètes*. Paris, Calmann-Lévy, 1882, t. 1, p. 903.
- <sup>4</sup> IHGB, “Extrato dos Estatutos”. In *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, vol. 01, 1839, pp. 18-19.
- <sup>5</sup> *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, vol. 04, nº 9, 1839.
- <sup>6</sup> LE GOFF, Jacques, “Memória”. In ROMANO, Rugiero (org.). *Enciclopédia Einaudi memória história*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 38.
- <sup>7</sup> LEIBINIZ. Apud: NORA, Pierre. “Entre mémoire et histoire”. In \_\_\_\_\_ (org.), *Les lieux de mémoire. La république*. Paris, Gallimard, 1984, p. XXVI.
- <sup>8</sup> RENAN, Ernest. Apud: BARRET-KRIEGEL, Blandine. *Les académies de l'histoire*, Paris, PUF, 1988, p. 09.
- <sup>9</sup> NORA, Pierre. *op. cit.*, p. XXVI.
- <sup>10</sup> BARBOSA. Januário da Cunha. “Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para remeterem à sociedade central”. In *Revista do IGHB*. Rio de Janeiro, vol. 04, nº 01, pp. 128-130, 1839.
- <sup>11</sup> A proposta de criação da “arca do sigilo” foi de autoriado sócio Francisco Freire Allemão. Cf. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, vol. 4, nº 9, 1847, p. 567.
- <sup>12</sup> IHGB, Atada sessão de 22 de outubro de 1839. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, vol. 04, nº 01, 1839, p. 349.
- <sup>13</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1990, p. 84. Ver, ainda, HUTTON, Patrick. “The hole of memory in the historiography of the French Revolution”. In *History and theory*. Oxford, vol. XXX, nº 01, 1991, p. 58.
- <sup>14</sup> JOUTARD, Philippe, “Mémoire collective”. In BURGUIÈRE, Alain (org.). *Dictionnaire des sciences historiques*. Paris, PUF, 1986, p. 448.

- <sup>15</sup> Cf. GUIMARÃES, Lucia Maria P. *Debatxo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. Tese de Doutorado. São Paulo, FFLCH/USP, 1995, pp. 135-136.
- <sup>16</sup> FONSECA, Rubem. *O selvagem da ópera*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994, p. 19 e 85.
- <sup>17</sup> IHGB, “Discurso do Imperador D. Pedro II”. In *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, nº 12, 1849, p. 552.
- <sup>18</sup> *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, vol. 08, nº 2, 1840, p. 401.
- <sup>19</sup> BARBOSA, Januário da Cunha. “Relatório do Secretário Perpétuo”. In *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, nº 3 (Suplemento), 1841, p. 537.
- <sup>20</sup> *Idem*, p. 529.
- <sup>21</sup> Sobre o “escrivão dos livros” de D. Duarte, ver: MARQUES, A. H. de Oliveira, “Fernão Lopes”. In SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*. Porto, Livraria Figueirinhas, 1985, vol. IV, pp.56-58.
- <sup>22</sup> BIVAR, Diogo Soares da Silva de. *Efemérides brasileiras*. Ms., IHGB, lata 45, pasta 5, março de 1839 a março de 1841.
- <sup>23</sup> \_\_\_\_\_. *Crônica de 1842*. Ms., IHGB, D l33.21, p.78 e verso.
- <sup>24</sup> Sobre a defesa das chamadas “franquias provinciais”, ver: CASTRO, Paulo Pereira de. “A ‘experiência republicana’, 1831-1840”. In HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 6ª ed. São Paulo, DIFEL, t. II, vol. 1, p. 58; IHGB, Ata da sessão de 22 de julho de 1847. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, vol. 07, nº 09, 1847, p. 425.
- <sup>25</sup> IHGB, Ata da sessão de 2 de setembro de 1847. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, vol. 07, nº9, 1847, p. 440.
- <sup>26</sup> IHGB, Ata da sessão de 22 de julho de 1847. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, vol. 07, nº9, 1847, p. 425.
- <sup>27</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo, Vértice, Ed. Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro, IUPERJ, 1988, p.15.
- <sup>28</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. “Guerra civil do Rio Grande do Sul”. In *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, t.43, vol. 61, 1880, pp. 115-191. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, t.45, vol. 65, 1882, pp. 33-236. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, t.46, vol. 67, 1883, pp. 156-564. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 47, vol. 69, 1993, pp. 47-238.
- <sup>29</sup> LAGOS, Manoel Ferreira. “Relatório do Segundo Secretário”. In *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, nº 6 (Suplemento), 1844, pp. 34-35.
- <sup>30</sup> MACEDO, Joaquim Manoel. “Discurso do Orador”. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, vol. 04, nº 23, 1860, pp. 690-694.
- <sup>31</sup> OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. “Discurso”. In *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, vol. 07, nº 25, 1845, p. 124.
- <sup>32</sup> VIANNA, Candido de Araújo. “Discurso”. Oblação (...) à memória do Sr. D. Afonso, Augusto Primogênito de Suas Majestades Imperiais. In *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, nº 11, 1848, p. 09.
- <sup>33</sup> PORTO-ALEGRE, Manoel de Araújo. “Discurso”. *op. ctt.*, p. 12.
- <sup>34</sup> *Idem*, pp.11-12.

- <sup>35</sup> Sobre o conceito de “memórias partilhadas”, cf. FENTRESS, James & WICKHAM, Chris. *Memória social*. Lisboa, Teorema, 1992, p.112.
- <sup>36</sup> Cf. BURKE, Peter. “Apresentação a Luís XIV”. In \_\_\_\_\_. *A fabricação do rei*. A construção da imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994, pp. 14-18.
- <sup>37</sup> Cf. SÃO LEOPOLDO, Visconde de. “Discurso do Presidente”. In *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, nº 2 (Suplemento), 1840, pp. 8-10. O mesmo teor da alocação do Visconde se repete, quarenta e sete anos mais tarde, no “Relatório do 1º Secretário”, Coronel Augusto Fausto de Souza, em 1887. Ver: *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, t.50, vol. 75, nº 4, 1887, p. 404.
- <sup>38</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. “Relatório do Secretário”. In *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, nº 19 (Suplemento), 1856, pp. 121-122.
- Cf. BERCÉ, Françoise. “Arcisse de Caumont et les sociétés savantes”. In NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire - La Nation*. Paris, Gallimard, 1986, t. II, vol. II, pp. 533-567.
- <sup>39</sup> BARBOSA, Januário da Cunha. “Relatório do Secretário Perpétuo”. In *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, nº 5 (Suplemento), 1843, p. 6.
- <sup>40</sup> Cf. BERCÉ, Françoise. *op. cit.*, pp. 533-567.
- <sup>41</sup> IMPERADOR D. PEDRO II. *Bilbeta de (...) a Luiz Pedreira do Couto Ferraz*, datado de 13/6/1870. Ms., IHGB. Lata 742, Pasta 64.
- <sup>42</sup> Sobre os “programas históricos”, herança das academias setecentistas. Ver: ROCHE, Daniel. *Les républicains des lettres. Gens de culture et lumières au XVIII<sup>ème</sup> siècle*. Paris, Fayard, 1988, pp.176-177.
- <sup>43</sup> IMPERADOR D. PEDRO II. “Necrológio do Dr. Antonio Moraes e Silva”. In *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, nº 23, 1860, pp. 495-496.
- <sup>44</sup> PORTO-ALEGRE, Manoel de Araújo. “Discurso do Orador na sessão pública de aniversário”. In *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, nº 18, 1855, p. 553.